Conquistados, Mas Não Vencidos

ROBIN WRIGHT

O tão esperado segundo volume de John Hemming sobre a história dos índios brasileiros finalmente apareceu,* fornecendo a todos aqueles interessados no assunto uma base para maior discussão e também um estímulo para pesquisas futuras. Tal qual o primeiro volume, *Red Gold* (Hemming, 1978), *Amazon Frontier* pretende ser uma síntese global de padrões e acontecimentos da política indigenista brasileira e das relações interétnicas, abragendo, aproximadamente, o período de meados do século dezoito, a era pombalina, até o início do século vinte, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios. Por seu escopo, *Amazon Frontier* pode ser visto como uma bem-vinda introdução histórica geral, cujo conteúdo contribui para o conhecimento do processo de formação de fronteiras e da dinâmica de sua expansão. Embora o resultado não seja uma leitura agradável, deve-se creditar a Hemming o trabalho de organizar uma vasta quantidade de documentos dispersos em torno de alguns temas coerentes. Sob vários aspectos, este livro representa um grande avanço com relação a *Red Gold* por não estar tão sobrecarregado com os tipos de problemas pelos quais aquele foi justamente criticado (Baines, 1982). Apesar disso, alguns dos mesmos erros, superficialidades e etnocentrismos reaparecem em *Amazon Frontier,* como veremos mais adiante.

Para começar, teria sido útil se Hemming tivesse dito claramente no início quais eram os seus procedimentos metodológicos ao escrever essa história e por que decidiu concentrar-se em certos aspectos do processo de fronteira e não em outros, de modo a orientar o leitor no emaranhado de documentos apresentados. Teria sido útil também concluir o livro com uma avaliação mais completa do campo pesquisado e uma reflexão sobre os temas abordados nos dois volumes. Porém, reflexões desse tipo vêm na forma de breves afir-

---

*HEMMING, John. 1987. *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians.* Londres: MacMillan, 647 pp.

Anuário Antropológico/87
Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990

mações, um tanto superficiais, que deixam o leitor mais exigente clamando por maior profundidade. Poderia também ter feito uma discussão das fontes documentais, pois o uso que faz delas é, em vários momentos, destituído de uma visão crítica. Em suma, o livro segue o estilo de *Red Gold,* no sentido de ser uma história escrita para o grande público, mas, mesmo assim, deve ser criticado em sua metodologia e pelo fato de perpetuar certas concepções equivocadas.

Encontramos exemplos de falsas concepções em abundância no primeiro capítulo, "False Freedom", uma discussão sobre as leis pombalinas de 1755 e sobre o sistema de Diretório. Deparamo-nos aqui com nada menos que seis pressupostos problemáticos, retomados de *Red Gold,* e que colocam o leitor na difícil posição de perguntar se vale a pena o esforço de ler a história até o fim. Ei-las:

1) a de que, em meados do século dezoito, "existem entre um e um e meio milhões de povos nativos no Brasil", com base num "palpite inteligente" *(intelligent guess),* segundo o qual, em 1500, existiam dois e meio milhões de habitantes em todo o Brasil (: 5). Esses "palpites", que nunca foram justificados, são criticados por vários etno-historiadores por darem uma estimativa baixa demais.

2) A de que "todos os índios americanos alcançaram as antigas massas terrestres das Américas do Sul e do Norte via migrações da Ásia Central" (: 7-8) pelo estreito de Bering, há cerca de doze mil anos atrás. Essa repetição de uma hipótese já superada é um insulto às recentes descobertas arqueológicas, especialmente no Brasil, e ignora todo o processo de repensar a hipótese do estreito de Bering que está ocorrendo como resultado dessa nova evidência.

3) A de que os índios brasileiros não tinham domesticado fontes de proteínas, como o haviam feito "as grandes civilizações americanas pré-colombianas" (: 8), o que determina a hipótese de Hemming sobre a baixa densidade populacional. Mesmo ignorando quão tendenciosa é tal proposição, vemos que já em *Red Gold* os dados contradizem essa suposição a respeito das populações de várzea da Amazônia e de alguns dos principais afluentes do rio Amazonas.

4) A de que, em geral, os índios brasileiros tinham sistemas políticos pouco desenvolvidos, "onde a regra tribal era ao mesmo tempo conservadora, com pouca mudança de costumes de uma geração a outra e comunista, onde as decisões do dia a dia eram tomadas em reuniões dos velhos da tribo" (:8-9), uma generalização simplista que entra em contradição com a maioria dos

dados apresentados em ambos os livros e que parece baseada numa observação limitada do que ocorre hoje em dia e que, para o passado, não se pode sustentar.

5) A de que os índios brasileiros "eram destituídos da escrita, da roda e do arco arquitetônico", como também do metal, o que fez com que não deixassem "monumentos duradouros", um ponto de vista claramente etnocêntrico.

6) A de que "a cachaça era uma extensão natural do amor dos índios aos tóxicos e alucinógenos como instrumento de liberação espiritual", mas que "deve até existir uma razão genética capaz de explicar por que todos os índios americanos têm cabeças mais fracas e menos resistentes ao álcool do que os brancos". (: 13), asserção imperdoável que não cabe naquilo que pretende ser um documento acadêmico. Infelizmente, afirmações desta natureza, bem como detalhes aparentemente irrelevantes (por exemplo, a propósito da atração sexual que as mulheres indígenas exerciam sobre os colonos, repetida várias vezes) depõem contra o valor global do livro.

Amazon Frontier cobre quatro períodos principais que correspondem às divisões da obra: a) o Diretório, da segunda metade do século dezoito ao início do século dezenove; b) a Independência, do início a meados do século dezenove; c) o Ciclo da Borracha, de meados do século dezenove ao início do século vinte; e d) o período que abrange o Ciclo da Borracha na Amazônia, mas cujo foco é "o resto do Brasil" nessa época. O livro tem o mérito de concentrar a atenção em certas fronteiras durante cada um desses períodos, mas, ao invés de tratar, o que poderia ter sido feito, cada fronteira por si própria (como seqüência histórica separada), as duas primeiras partes consideram as mesmas fronteiras no contexto da emergente economia política do Brasil, enquanto as duas últimas separam a Amazônia do resto do país. Esta divisão por área e cronologia conduz, de fato, a algumas dificuldades de identificação; por exemplo, os movimentos messiânicos de meados do século dezenove no Alto Rio Negro recebem um tratamento extensivo no contexto do Ciclo da Borracha, dando a impressão de que foram, na época, uma "reação" à exploração do trabalho. Entretanto, os primeiros movimentos messiânicos ocorreram independentemente do Ciclo da Borracha e foram instigados, em parte, por um prolongado tratamento abusivo antes que surgisse o Ciclo da Borracha (Wright, 1981), fato esse discutido por Hemming na parte anterior sobre a Independência.

As divisões do livro correspondem à dinâmica política e econômica que determinou a expansão e o assentamento das fronteiras e as relações com os

povos indígenas que lá habitavam. Na parte um, temos uma abordagem satisfatória do período do Diretório, os seus efeitos sobre os índios, as variações do sistema em diferentes regiões de fronteira e os padrões de relacionamento entre índios, missionários, militares e colonos. Os três primeiros capítulos, referentes ao sistema de Diretório do Rio Negro, são um tanto gerais, concentrando-se mais na administração do que nos índios, que, à excessão dos Mura e dos Mundurucu, são tratados de maneira muito genérica. Seguem-se três capítulos sobre o Tocantins-Araguaia, a Costa Atlântica e as fronteiras do Sul. O leitor tem a nítida impressão de que, em cada uma dessas áreas, segue-se o mesmo padrão, simplificado e "inevitável", de expansão de fronteira e assentamento. Com raras excessões, na área do Tocantins-Araguaia, as tribos foram "vencidas", assentadas e forçadas a viver sob regimes opressores. Mesmo aquelas que resistiram, acabaram obrigadas a viver em assentamentos onde viram suas populações diminuir em conseqüência de doenças e maus tratos. Mesmo assim, a maioria das aldeias-modelo acabaram em ruínas; os que escaparam conseguiram voltar a seus antigos modos de vida e, como os Xavante ou os Kayapó, desenvolver políticas de resistência contra os invasores.

As tribos da Costa Atlântica sofreram mais brutalmente a expansão da fronteira, em decorrência da corrida do ouro e de uma "guerra de ofensiva" contra os Botocudos, o que acabou por trazer de volta "a escravidão legalizada do índio". Segundo Hemming, com a sua inegável admiração pela disciplina e produtividade do sistema jesuítico (ver *Red Gold*), os missionários, mesmo no papel de "civilizadores" dos índios, não tiveram, na sua maioria, o mesmo êxito que os "hábitos-negros" haviam conseguido. No Sul do Brasil, a fronteira missionária jesuítica é caracterizada pela "deterioração", por campanhas brutais mas frustradas contra os Kaingang e pelos esforços sem fim para "pacificar" os Guaikuru que, apanhados entre as ambições de Portugal e da Espanha, mesmo assim, conseguiram manter sua dignidade e nobreza, apesar das agressões e perdas que sofreram de ambos os lados. Este, como outros capítulos, apresenta extensas descrições etnográficas que são interessantes, até certo ponto, mas cuja quantidade de detalhes não parece contribuir diretamente para se saber por que e como os Guaikuru conseguiram resistir à expansão. É como se a "excentricidade" dos Guaikuru tivesse sustado os portugueses, mas que, de fato, a "fraqueza" destes estava em "não terem uma estratégia ou plano global". É pena que o tom aqui seja tão condescendente.

A parte dois, Independência, descreve as conseqüências para os indígenas das mudanças políticas advindas da independência do Brasil, em termos

do aumento de interesses científicos pelo índio, sobretudo por parte de exploradores europeus. Ao mesmo tempo, havia o dilema moral e político dos europeus em suas relações com a população indígena, parecendo vacilar, por um lado, entre soluções "liberais" e "idealistas" para "civilizar" o índio e, por outro, a continuação do completo extermínio, conquista e saques de terra, em conseqüência das pressões crescentes para expandir as fronteiras. Os primeiros três capítulos tratam de atitudes e soluções para mostrar, supostamente, quão importantes foram os sentimentos como base para as soluções propostas.

Numa época em que prevaleciam as doutrinas evolucionistas de progresso e de perfectibilidade do homem, as opiniões sobre o índio dividiam-se entre uma visão que o considerava "incapaz de progresso" e outra, romântica, que enaltecia sua simplicidade e inocência. As "soluções" do início do século dezenove iam desde a proteção paternalista até a linha dura do trabalho forçado e da assimilação. Houve recomendações de uns poucos idealistas, como Guido Marliére (enaltecido por Hemming como um Rondon ou um Villas Boas do século dezenove), ou José Bonifácio, para a instalação de novas aldeias-modelo supervisionadas, ou sobre educação, intercasamentos, ação missionária, etc.. Apesar disso, essas propostas foram basicamente ignoradas pela Corte e ineficazes contra as atitudes dos colonos para com os índios e a contínua expropriação de terras (a única proposta considerada seriamente pela Corte que não é mencionada por Hemming, foi a de Francisco José Zany, para dividir os índios entre os colonos e submetê-los ao trabalho). Até mesmo os esforços de Marliére para proteger os Botocudos pareceram apenas adiar a "inevitável" invasão pela fronteira. No final, a "única esperança", de acordo com Hemming, estava na volta ao regime missionário, codificado no Regimento das Missões de 1845, mas que também previa o trabalho forçado dos índios, a sua remoção da terra natal e o arrendamento das terras indígenas.

Os quatro capítulos seguintes retornam à expansão contínua das fronteiras "sem lei": no Tocantins-Araguaia, onde criadores de gado, fazendeiros e colonos encontraram a ferrenha resistência dos povos Gê e Timbira; no oeste do Mato Grosso, onde os Bororo adotaram diversas estratégias, poucas com êxito, para enfrentar as crescentes pressões da fronteira; e na Amazônia, cada vez mais complexa, onde as contradições internas do sistema político-econômico dominante provocaram a cabanagem dos anos 20 e 30 do século passado. O capítulo dedicado à Cabanagem decepciona pela abordagem superficial que é dada à situação do índio. Hemming discute sucintamente a aliança dos Mundurucu com os portugueses e a opressão dos cabanos sobre os Mura, mas não dá atenção à drástica depopulação dos Mura nos anos que

se seguiram à Rebelião, nem ao papel que nela tiveram os Maués, nem tampouco às razões pelas quais os Munducuru preferiram manter-se fortes aliados dos portugueses. De modo semelhante, o capítulo sobre "Tratamento dos Índios" perde-se em comentários sem sentido sobre a psicologia e as características físicas, atitudes e sentimentos dos índios, que deveriam entrar na primeira parte da seção; salvam-se umas poucas observações sobre o sistema cada vez mais predatório da expansão mercantilista na Amazônia, em meados do século dezenove, alimentado pela ideologia de uma "raça superior" européia, mas contrariada pela eterna escassez de mão de obra.

Os quatro capítulos que perfazem a parte três tratam do Ciclo da Borracha, embora, como foi mencionado acima, nem todo o material seja diretamente relacionado a essa fase. Depois de um apanhado geral do período, com relatos sobre riquezas fantásticas e sobre igualmente incríveis sacrifícios, Hemming dedica um capítulo a "Índios e a Borracha", onde começa afirmando que, no seu início, o comércio da borracha "não foi tão prejudicial ao índio" (:288), e conclui dizendo que os "setenta anos do apogeu da borracha não foram tão catastróficos para a população nativa como se poderia imaginar" (:313). Não obstante, ao longo do capítulo, encontramos em quase todos os exemplos sinais de exploração, endividamento servil, fugas da fronteira da borracha, violência contra tribos não contatadas e escravidão, além das notórias atrocidades do Juruá-Purus e do Putumayo-Caquetá. Como, então, pode-se dizer que os índios ou o meio-ambiente da Amazônia sofreram menos em decorrência da exploração da borracha do que os índios e o meio-ambiente do Sul ou do centro do Brasil em decorrência da criação de gado e da plantação de café (: 314)? Mas, mesmo que o prejuízo ao meio-ambiente fosse "menos duradouro" no caso da borracha, o sistema econômico de exploração dos recursos humanos passou a ser o legado permanente do *boom* da borracha para os habitantes indígenas da Amazônia, com os graves problemas decorrentes da falta de infra-estrutura para as populações imigrantes e a meta dominante de explorar para exportar.

Apesar de a abordagem de Hemming sobre os movimentos messiânicos do Alto Rio Negro – em si mesma uma história notável – ser um resumo adequado de pesquisas anteriores (Wright, 1981), há distorções curiosas na sua interpretação, como chamar de "irresponsáveis" os ensinamentos de Venancio Christu (: 332) ou afirmar que os messias da década de 1850 caíram "logo no esquecimento", quando, de fato, houve uma continuidade das tradições messiânicas entre os mesmos índios por toda a segunda metade do século dezenove, sendo que a memória desses líderes está firme e forte até hoje

(Wright e Hill, 1986). Além disso, os missionários que ele diz terem estado no Uaupés na década de 1880 não eram Capuchinhos, como afirma, mas sim Franciscanos (: 331-338).

Conclui a parte três um capítulo dedicado ao Rio Branco–Norte do Amazonas, a única consideração que dá a esta importante região, além das notas sumárias nos capítulos referentes ao final do século dezoito. Todavia, as observações de Hemming estão limitadas, principalmente, ao conjunto de notas sobre os contatos que os exploradores tiveram com as principais tribos da região e à repetição de histórias já bem conhecidas (por exemplo, a das agressões contra os Waimiri-Atroari). É verdade que, até recentemente, a etnografia histórica das populações da região era escassa, mas agora vem-se ampliando com pesquisas importantes. Apesar disso, o capítulo de Hemming (que poderia ter sido melhorado por contatos com pesquisadores brasileiros que trabalham na área) deixa muito a desejar na análise da dinâmica da fronteira Rio Branco–Guiana; por exemplo, *como* as fazendas do governo ganharam vastas extensões de terra ou o que dizer dos movimentos milenaristas, como o "Halelujah" entre os povos Caribe.

A parte quatro, "Missionários, Antropólogos e a Resistência Indígena", aborda novamente a história das relações de fronteira na Costa Atlântica, no Tocantins–Araguaia, no Mato Grosso e no Sul, acrescentando as explorações do Xingú no final do século dezenove. Cada uma dessas fronteiras ilustra o processo e a dinâmica de expansão e as relações com as populações indígenas. Em grande parte, o terreno foi preparado para cada uma dessas fronteiras por uma política global e explícita de "civilizar" o índio; as táticas e as soluções variaram e, onde a "pacificação" não funcionou, freqüentemente, as fronteiras simplesmente ficaram abertas à violência. À medida em que o número de imigrantes aumentava no país, as pressões em busca de soluções rápidas e brutais determinavam a natureza da colonização. Muitas vezes, eram usadas tribos amigas no processo de desbravamento.

Na Costa Atlântica, as "soluções" para a questão dos Botocudos iam desde a escravidão explícita, à invasão militar e extermínio, até a "pacificação" pela persuasão e assentamento, o que, em última instância, acelerou a abertura das fronteiras. Depois de muitos anos de luta, os Botocudos, já muito reduzidos, fugiram para o refúgio das florestas. Na fronteira do Tocantins–Araguaia, numerosas tentativas empreendidas por missionários "zelosos" parecem ter tido pouco resultado permanente, devido, em grande parte, à incompreensão e incapacidade dos missionários, às doenças e à resistência de povos como os Kayapó. *Os Bororo, assunto do capítulo vinte, são um caso*

obscuro, pois nunca é explicado por que eles decidiram "capitular" em 1885 e "abraçar a civilização", embora fique claro que os Salesianos, ao reorganizarem os Bororo, abriram caminho para a entrada da colonização na área. Ao sul dos Bororo, os limites do Brasil com o Paraguai foram dilacerados pela guerra de 1864, sendo que vários povos da região sofreram uma séria desorganização em decorrência do conflito, embora continuassem sobrevivendo, graças a uma ligeira recuperação e à proteção que lhes deu Rondon. De novo, a etnografia de Hemming neste capítulo sofre pela falta de crítica às fontes; assim afirma, que os Guató eram poligâmicos com até doze esposas e que sabiam contar até o infinito (: 433). Finalmente, após a Guerra do Paraguai, uma nova investida para abrir as fronteiras próximas aos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina criou as condições que desencadearam processos intensivos de expansão. A produção de café, a colonização, as estradas de ferro e as rodovias levaram a uma brutal perseguição dos Xokleng, Kaingang e Kaiwá, que, apesar de tudo, desafiaram a expansão.

Hemming conclui o livro com considerações sobre as linhas dominantes do pensamento sobre a "questão indígena", do final do século dezenove, até a criação do SPI, em 1910. Esse debate ficou amargamente dividido entre as exigências de uma mentalidade dominada por noções de "progresso", superioridade racial e a convicção de que a sociedade indígena permaneceria "alheia ao contrato social" (Varnhagen), justificando o "direito à conquista", e aqueles que defendiam os direitos dos índios, entre os quais os poetas indigenistas. A polêmica foi amadurecendo à medida em que os processos de colonização se intensificaram e as fronteiras continuaram a ser exploradas e abertas à invasão. Não só a figura de Rondon destaca-se nesse debate, mas também a criação, no Rio e em Campinas, dos primeiros grupos "pró-índio" da sociedade civil, com apoio internacional de alguns antropólogos que haviam testemunhado atrocidades na fronteira. Graças aos enfáticos protestos do público contra a proposta de von Ihering para "exterminar" os índios e proteger os colonos, ao apoio de políticos influentes e à figura messiânica de Rondon, a maré mudou em favor da institucionalização da proteção ao índio com a criação do SPI que, no entanto, teve uma forte objeção por parte dos missionários. Aqui, a história de Hemming termina, mas continua em Darcy Ribeiro, Shelton Davis e nos trabalhos de documentação que estão sendo feitos por organizações indigenistas contemporâneas, como o CEDI.

Para concluir, não fica nada claro por que o livro tem como subtítulo "A Derrota dos Índios Brasileiros", quando, de fato, não parece nada prudente incluí-lo. Pois, a despeito das incontáveis histórias de conquista, existem muitas

outras sobre estratégias de resistência à acomodação e, provavelmente, outras tantas que não foram contadas sobre como as estratégias nativas, apesar das aparências, serviram para "derrotar" tentativas de domínio e colonização. Tampouco faz sentido esse subtítulo à luz do testemunho da própria sobrevivência continuada dos índios enquanto povos distintos. "Conquistados, mas não vencidos', foi o que me disse, há vários anos atrás, um líder indígena norte-americano ao referir-se à situação dos índios. Naturalmente, a realidade de hoje é diferente daquela de há cem anos atrás, mas a prova da eficiência das estratégias nativas e do movimento do apoio a elas é que, a despeito da constante perseguição, eles estão longe de ser "vencidos".

Tradução de João Batista de Miranda Torres
Revisão de Alcida Rita Ramos

BIBLIOGRAFIA

BAINES, Stephen G. 1982. Em Busca do Ouro Vermelho. *Anuário Antropológico/80:* 315-320.

HEMMING, John, 1978. *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians.* Londres: MacMillan.

WRIGHT, Robin M. 1981. *The History and Religion of the Baniwa Peoples of the Upper Rio Negro Valley.* Stanford University: Dissertação inédita de Ph.D.

WRIGHT, R. M. e Jonathan HILL. 1986. History, Ritual and Myth: Nineteenth Century Millenarian Movements In the Northwest Amazon. *Ethnohistory* 33(1): 39-52.